



Turismo e Políticas Públicas: uma análise teórica

Jean Carlos Vieira Santos
Fernanda Lima Pessôa
Ronaldo do Nascimento Carvalho

Resumo: O objetivo deste artigo é compreender a evolução do turismo brasileiro, trazendo para o debate teórico as políticas públicas voltadas para essa atividade no Brasil. Com vistas ao desenvolvimento do trabalho, foi fundamental uma análise ancorada nas obras de Gomes (2008), Santos (2013), Coriolano (1998) e Silva Júnior (2004). Essas referências possibilitaram este artigo dividir o turismo brasileiro em quatro fases: do início do século XX a 1965; de 1966 a 1987; de 1988 a 2002; e pós 2003. Trazendo importantes contributos para o mundo acadêmico, bem como para os sujeitos e atores locais, as políticas públicas e demais organizações envolvidas com as atividades ligadas ao turismo.

Palavras Chave: Turismo; Brasil; Atores Locais; Políticas Públicas.

Abstract: The aim of this paper is to understand the evolution of Brazilian tourism, bringing the theoretical debate public policies for this activity in Brazil. With a view to developing work, a analysis was anchored in the fundamental works of Gomes (2008), Santos (2013), Coriolano (1998) and Silva Junior (2004). These references enabled this article divide the Brazilian tourism in four phases : the early twentieth century to 1965 ; 1966-1987 ; 1988-2002 ; and after 2003. Bringing important contributions to the academic world as well as for the subjects and local actors, public policies and other organizations involved in activities related to tourism.

Keywords: Tourism; Brazil; Local Actors; Public Policy.

Resumen: El objetivo de este trabajo es entender la evolución del turismo brasileño, con lo que las políticas públicas de debate teórico para esta actividad en Brasil. Con el fin de desarrollar el trabajo, un análisis estaba anclado en las obras fundamentales de Gomes (2008) , Santos (2013), Coriolano (1998) y Silva Junior (2004). Estas referencias permitieron este artículo dividir el turismo brasileño en cuatro fases: a principios del siglo XX hasta 1965; 1966-1987; 1988-2002; y después de 2003. Trayendo importantes contribuciones al mundo académico, así como para los sujetos y actores locales , políticas públicas y otras organizaciones que participan en actividades vinculados al turismo.

Palabras Clave: Turismo; Brasil; Actores Locales; Política Pública.

Introdução

Para compreender a evolução do turismo brasileiro, faz-se necessário também entender o processo evolutivo do turismo em paisagens exógenas a realidade nacional, mas não será o método utilizado por este artigo, pois no Brasil o desenvolvimento do turismo não é de caráter predominantemente privado, mas esse contexto não impede ao presente trabalho destacar as suas políticas públicas de apoio à formação dos arranjos produtivos locais pautados



pelo planejamento do setor e ordenamento do uso territorial pelos complexos serviços turísticos.

Não esquecendo nesse contexto, os órgãos públicos, as parcerias, comunidades locais, formas de trabalho que contribuem com a existência dessa prática e suas metamorfoses nas diversas regiões do Planeta. Desse modo, faz-se necessário contextualizar os fatos importantes na evolução do turismo, que direta e indiretamente foi influenciada por projetos e políticas externas.

O presente artigo parte das observações e análises das investigações realizadas por autores brasileiros, aportando numa perspectiva teórica, científica e técnica de trabalhos desenvolvidos por Coriolano (1998), Santos (2013) e Silva Júnior (2004). Nesse contexto, a investigação aqui apresentada, apoia-se no método analítico teórico, pois as obras citadas servem como “um parâmetro para análise (SANTOS, 2010, p. 25)”, não constitui as leituras mais densas deste trabalho, mas são obras que em suas abordagens trazem para o debate espaços regionais historicamente com mais densidade turística.

Desse modo, fundamentado em Boaventura (2007), pode-se dizer que o método analítico representa um considerável efeito indutivo de pensar e dialogar com diferentes autores, sendo um instrumento didático, pois a aprendizagem se centraliza passo a passo. O método:

[...] analítico é utilizado por intermédio da leitura das paisagens regionais, do vivido e dos aspectos percebidos durante os trabalhos [...], a fim de se compreender os aspectos humanos e as limitações de cada lugar ou atrativo turístico. [...] utilizando também os métodos de interpretação e de pesquisa. Uma visão da realidade, da ciência e do movimento. (SANTOS, 2013, p. 15).

O caminho metodológico adotado para o desenvolvimento deste trabalho consiste numa revisão bibliográfica sobre o estudo e a investigação das políticas públicas de turismo, com vistas a conhecer suas partes conceituais. Desse modo, as diferentes teorias extraídas de obras com renomados autores e Ministério do Turismo é um recurso muito importante e útil para a academia desvendar as lógicas sociais, culturais e as potencialidades de turismo e lazer que existem em cada lugar ou destino de visitação. Dessa maneira, compreendem-se as políticas públicas:



[...] como conjunto de providências, formais ou informais, expressando relações de poder destinadas à solução pacífica de conflitos nos diversos setores de atividade, desde a esfera doméstica, nos lares e nas famílias, até no âmbito mais amplo, quando envolve a nação e se faz presente no relacionamento entre países no mundo globalizado. Quanto a expressão “política pública”, refere-se a “programa de ação governamental visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas para a realização de objetivos relevantes politicamente determinados”. (GARÓFALO; PINHO, 2011, p.vii/prefácio).

A dimensão política do turismo, isto é, a importância de que desfruta a nível político é também “resultado do seu impacto econômico e do seu reconhecimento como fator de desenvolvimento. Este aspecto assume maior relevância nos países em que o turismo é o principal ou é importante dinamizador da atividade econômica”. (CUNHA, 2001, p.120-121).

Assim compreendendo neste momento o tratamento dado ao turismo pelos projetos governamentais e suas implicações no surgimento de novos destinos turísticos, buscando visualizar o que se está discutindo, qual a realidade trabalhada e o que se quer identificar no objeto de investigação. Diante do objetivo central apresentado, deve-se fazer, ainda nesse ponto, uma breve referência a Silva e Perna (2005). Segundo esses autores, o turismo é um fenômeno espacial cujo desenvolvimento exige atuações multidisciplinares sobre variáveis econômicas, sociais, ambientais e institucionais.

Quaisquer que sejam os agentes e o estado/opções de desenvolvimento turístico do território, a via para o desenvolvimento e a qualidade de vida passa obrigatoriamente pela “[...] conservação e valorização dos recursos endógenos, os quais, por sua vez, constituem-se como fundamentais na produção e repartição de riqueza, criação de emprego e valorização do destino” (SILVA; PERNA, 2005, p. 453).

Dada a importância do setor do turismo na economia dos países, é fundamental a intervenção e participação do setor público, o qual desempenha um papel central na dinamização e alavancagem do turismo, através da criação e disponibilização de infraestruturas básicas e equipamentos de suporte que permitam o seu crescimento e desenvolvimento nos destinos. Nessa reflexão o setor público:



[...] desempenha, também, um papel fulcral na coordenação e orientação estratégica do turismo, dado que define a política e a estratégia a seguir, sendo responsável pela sua implementação, através de medidas e ações que promovam o seu crescimento e desenvolvimento. O envolvimento do setor público no turismo depende da ideologia e cultura do país, da dependência econômica do país face a este setor e o estado de desenvolvimento do turismo (COSTA; COSTA, 2014, p.133-134).

O setor público desempenha um conjunto de funções centrais no turismo – que não competem à iniciativa privada, entre elas estão: coordenação, legislação e regulamentação, financiamento, planejamento, educação e formação. Considerando o caráter multidisciplinar e a própria horizontalidade do turismo, “é central a intervenção do setor público na implementação de uma política do turismo que defina linhas de orientação claras para todos os agentes envolvidos, direta ou indiretamente nessa atividade”. (COSTA; COSTA, 2014, p.136).

Aportando na obra de Gomes (2008), pode-se afirmar que no Brasil a trajetória histórica das políticas públicas de turismo pode ser dividida em quatro fases, a primeira ocorre entre o início do século XX a 1965, a segunda entre 1966 a 1987, a terceira de 1988 a 2002 e a quarta fase de 2003 ao Governo Lula. A seguir o presente artigo apresentará essas compartimentações temporais da atividade no território nacional.

O turismo do início do Século XX ao ano de 2002: raízes de uma história em construção

Durante primeira fase do turismo brasileiro o setor representava uma atividade econômica incipiente, com ações desarticuladas, mostrando apenas a finalidade de atrair consumidores internos. As ações realizadas no país eram dispersas, sem dimensões políticas e não conseguia desenvolver as economias estaduais (CORIOLANO, 1998) e regionais. Ainda nesse contexto, Silva Júnior (2004) destaca que ao observar a evolução do turismo no Brasil, percebe que o desempenho do setor foi mais resultado de fatores circunstanciais, ocasionais, conjunturais e até mesmo climáticos do que



resultado de uma política nacional de turismo, de um esforço político organizado e planejado.

Na segunda fase e especificamente em 1966, foi criado no Brasil o Sistema Nacional de Turismo, composto pelo Conselho Nacional de Turismo (CNTUR) e surgiu também o atual Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) definido naquele período como a:

Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), criada em 1966 pelo então presidente da República, marechal Castelo Branco, pelo Decreto-Lei nº 55 de 18/11/66, bem ao estilo da atuação do governo militar, isto é, do planejamento estratégico através de multiplicações de empresas e agências federais, tenta acelerar a modernização do território e da sociedade (CORIOLANO, 1998, p.60).

A Embratur, atuava através de uma legislação que controlava o número de agentes de viagens que trabalhavam no setor de turismo brasileiro. Em 1979 a mesma iniciou a classificação dos hotéis nacionais por número de estrelas, medida que ajudou no conhecimento da rede hoteleira do Brasil, pois os hotéis almejavam obter o título de cinco estrelas (CORIOLANO, 1998). Na década de 1970, o Nordeste despontava como promissor ao turismo, e nascia nos governos nordestinos à ideia de explorá-lo como atividade econômica, o que vai efetivar somente na década de 1990.

Essa segunda fase é caracterizada pela criação dos órgãos públicos de turismo no Brasil, mas com o pensamento volta para a base local. A terceira fase do turismo brasileiro é marcada pela efetivação do setor como atividade econômica importante na região Nordeste, onde em 1992 é criado o Prodetur-NE (Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste), no governo Collor (CORIOLANO, 1998, p.61).

Esse governo nacional responsável pela abertura econômica do país, embora não tenha conseguido consolidar uma política de turismo brasileiro, criou um programa de crédito para o setor público tentando apresentar condições favoráveis à expansão e melhoria da qualidade da atividade turística para a região nordeste. Nesse mesmo ano, isto é em 1992 - a Embratur lança o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), a fim de descentralizar as ações de planejamento político, motivando os municípios a elaborar seus próprios planos de desenvolvimento. De acordo com Silva Júnior



(2004), o PNMT foi criado conforme a Lei número 8.490, de 19 nov. 1992, e regulamentado pela Portaria número 130, de 30 de março 1994.

Contudo, a participação nesse programa foi definida como voluntária, e para estar efetivamente envolvido o município tinha que estar inserido ou vir a participar de programas da Embratur, um deles era focado na identificação dos municípios priorizados pelo turismo, preenchendo o relatório de informações turísticas (Rintur), que identificava as cidades turísticas ou com potencialidades turísticas.

A partir de então, as prefeituras que quisessem participar do PNMT indicava seus representantes no programa, que eram também monitores municipais. Esses atores é que realizavam as junções e a coordenação dos setores, órgãos e instituições locais que eram parceiras do programa. Essas entidades estavam presentes nas “oficinas que eram realizadas” e no “desenvolvimento local do Plano Nacional de Municipalização do Turismo”. A partir de:

[...] 1993, vários municípios brasileiros iniciam a implementação desse programa, criando-se maior consciência de que o turismo deve ser também uma atividade municipal. Sendo uma ação que se desenvolve tendo por base atrativos localizados, utiliza serviços e produz impostos primordialmente municipais, nada mais lógico do que haver um planejamento e um gerenciamento das ações turísticas no município [...] (CORIOLANO, 1998, p.76).

Sobretudo envolvendo os moradores, os pequenos e médios empresários dispostos a investir na atividade turística. Os princípios gerais do PNMT na última década do século XX era a descentralização, a sustentabilidade, as parcerias, a mobilização e a capacitação. Buscando entre suas ações e objetivos criar comitês estaduais, estimular instituições públicas e privadas, conscientizar e sensibilizar a sociedade para a importância do turismo como instrumento de crescimento econômico, geração de emprego, melhoria de qualidade de vida da população e de preservação de seu patrimônio natural e cultural.

Gomes (2008) destaca que no final da década de 1990 foi criada a Secretaria de Estado do Turismo de Minas Gerais (SETUR-MG) e elaborou-se uma política de turismo para o estado, tendo como eixo principal a criação dos Circuitos Turísticos. Dessa forma, fica evidente que a atual proposta do

governo nacional de política pública de regionalização do turismo tem uma de suas raízes em Minas Gerais. Aproximando do final do século XX, especificamente no dia 11 de novembro de 1999 cria-se em Goiás a AGETUR (Agência Goiana de Turismo/ Atual Goiás Turismo), jurisdicionada à Secretaria de Indústria e Comércio.

Nessa vertente de mudanças e transformações no território nacional, vai surgir a quarta e atual fase do turismo. Essa fase coincide com a campanha presidencial de Luís Inácio Lula da Silva, em 2002, quando tinha, em seus projetos, uma maior visibilidade para o turismo brasileiro.

A quarta fase do turismo brasileiro: pós 2003 ao Governo Lula

No Brasil, segundo Gomes (2008) a quarta fase inicia, portanto, no primeiro dia de mandato do Governo Lula, em janeiro de 2003, quando foi criado o Ministério do Turismo – Mtur. Logo após, foi implantado dentro de seu planejamento turístico o Plano Nacional do Turismo (PNT /2003-2007), que visa valorizar as diversidades regionais, criando um produto marcado pela brasilidade, assim fomentando o turismo doméstico e a valorização do mercado brasileiro no exterior.

Nesse contexto, o PNT foi organizado em macroprogramas de gestão, estruturação e diversificação da oferta turística, estrutura e informação turística, promoção e apoio à comercialização, entre outros, propondo ainda o planejamento coordenado e participativo de forma a desenvolver a atividade turística regionalizada. Sendo assim, realizado o mapeamento dos destinos turísticos e estabelecidos os nove módulos das diretrizes operacionais: sensibilização, mobilização, institucionalização de instância de governança regional, elaboração de plano estratégico de desenvolvimento do turismo regional, sistema de informação turística, roteirização turística, promoção e apoio à comercialização, sistema de monitoria e avaliação.

Após esse plano, foi lançado o PNT (2007-2010) destacando aspectos como a sustentabilidade dos roteiros com potencial para comercialização no Brasil e exterior, e a promoção da competitividade. Ou seja, parte-se para a



segunda edição, com a criação do “Plano Nacional de Turismo (PNT 2007/2010) – Uma Viagem de Inclusão”, o “Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional”, o plano de marketing nacional “Cores do Brasil” e o plano de marketing internacional “Aquarela (2007-2010)”.

Esses projetos buscam ampliar a imagem internacional do país e promover o desenvolvimento do turismo interno nessa primeira década do século XXI. De acordo com o Ministério do Turismo (2007, p.05) o vigor da atividade aumenta a responsabilidade órgão estatal central de expandir a infraestrutura brasileira, e para isso, foram previstos investimentos de 504 bilhões de reais através do “Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)” até o ano de 2010.

O Plano Nacional de Turismo (PNT/2007-2010) traz estratégias e estímulos para o mercado interno, com adoção de políticas segmentadas para a inclusão social de turistas, trabalhadores e prestadores de serviços, através da qualificação profissional, geração de novos empregos e incorporação das camadas de baixa renda como clientes do mercado turístico.

Desse modo, o objetivo central desse plano é fortalecer o mercado interno, pois de acordo com o Ministério do Turismo (2007) o turismo interno é a fonte principal de vigor e desempenho desse setor econômico. O PNT avança na perspectiva de expansão e fortalecimento do mercado interno, com especial ênfase na função social do turismo, mas também com um compromisso de continuidade das ações já desenvolvidas pelo Ministério do Turismo e Embratur.

Como forma de expandir o turismo interno, as novas políticas públicas de turismo trazem como proposta o “Crédito Consignado” para os turistas aposentados e pensionistas com preços promocionais, financiamentos e serviços executados por agências credenciadas. Esse programa foi definido como “Viaja Mais Melhor Idade” e destinado aos cidadãos com mais de 60 anos, com o objetivo de estimular as viagens nos períodos de baixa ocupação dos destinos e proporcionar ao público alvo melhor conhecimento do Brasil.



O PNT (2007-2010) apresenta em seus documentos diagnósticos dos principais destinos turísticos nacionais, pós-criação do Ministério do Turismo, destacando a gestão do turismo interno, os fluxos domésticos, geração de emprego e renda, os novos produtos de qualidade, entrada de divisas, entrada de turistas estrangeiros, infraestrutura de apoio ao turismo, créditos, investimentos, qualificação profissional, promoção, marketing, orçamento e resultados registrados pelo setor privado.

Analisando os documentos do turismo nacional na primeira década do século XXI, faz-se relevante lembrar que “em janeiro de 2003, ao criar o Ministério de Turismo (Mtur), o Presidente da República ordenou a priorização do turismo como elemento propulsor do desenvolvimento socioeconômico do País”. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007, p.07). Na estrutura de funcionamento do Ministério do Turismo, o Conselho Nacional de Turismo (CNT) é um órgão colegiado que assessora o ministro de estado do turismo na formulação e aplicação da política nacional de turismo e dos planos, programas, projetos e atividades dela derivados.

Nesse caso, o CNT discute e formula propostas para o planejamento e execução da política nacional de turismo, acompanha as ações e fornece subsídios para eventuais ajustes, assegurando a transparência do processo de execução da política nacional desse setor. O Conselho também apóia o MTur na consolidação e implementação das políticas de turismo, bem como analisa e sugere soluções para assuntos de interesse do atividade turística nacional.

Dentro dessa estrutura, o gabinete do ministro assiste o chefe de estado do órgão em sua representação política e social, ocupa-se das relações públicas e se dedica ao preparo e despacho do seu expediente pessoal. Também promove a articulação entre o ministério e os órgãos que compõem a Presidência da República. A Secretaria Executiva auxilia o ministro na definição de diretrizes e políticas no âmbito da política de turismo em observância às diretrizes propostas pelo CNT. Supervisiona e coordena as atividades das secretarias integrantes da estrutura do MTur e da autarquia vinculada – Embratur, além de exercer o papel de órgão setorial dos sistemas de Governo



Federal (planejamento e orçamento, recursos humanos, modernização administrativa, etc).

A Secretaria Nacional de Políticas de Turismo (SNPTUR) subsidia a formulação, a elaboração e o monitoramento da PNT, de acordo com as diretrizes propostas e os subsídios fornecidos pelo Conselho Nacional de Turismo (CNT). Além de monitorar e avaliar a execução da política nacional de turismo (PNT), coordena a elaboração do Plano Nacional de Turismo e implementa o modelo de gestão descentralizada do turismo nas suas dimensões gerencial e territorial, alinhando as ações do Ministério do Turismo com o CNT, o Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (FORNATUR) e os Fóruns/Conselhos Estaduais de Turismo nas 27 unidades da federação.

Diante das mudanças apresentadas, fica na responsabilidade do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) a execução do PNT no que diz respeito à promoção, marketing e apoio a comercialização dos produtos, destinos e serviços turísticos brasileiros no mercado internacional. Enquanto, isso a Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo (SNPDTur) subsidia a formulação dos planos, programas e ações destinados ao desenvolvimento e fortalecimento do turismo nacional, e formula e acompanha os programas de desenvolvimento regional do turismo e a promoção de apoio técnico, institucional e financeiro necessário ao fortalecimento da execução e participação dos estados, distrito federal e municípios nesses programas (Ministério do Turismo, 2008).

Apostar na diversificação de produtos para corresponder à ocupação dos tempos de lazer e de descanso dos turistas surgirá como um denominador comum às orientações e estratégias que o país irá adotar. De acordo com Santos (2010) e Santos (2013), um aspecto marcante do desenvolvimento do turismo até o momento está na concentração em localizações costeiras, e que as tendências atuais do turismo estão a criar oportunidades de desenvolvimento em regiões interiores e em segmentos específicos de mercado menos dependentes de atrações baseadas nas condições climáticas.



Assim, se o reforço das possibilidades atrativas dos destinos costeiros tradicionais no Brasil deverá constituir uma das linhas de desenvolvimento do potencial turístico, outra deverá apontar para a promoção do turismo como instrumento de desenvolvimento em localizações não tradicionais, que quando complementado por outras políticas, o desenvolvimento do turismo integrado nas economias locais e regionais tendo o potencial de gerar emprego e crescimento dos rendimentos.

Considerações Finais

Em face as discussões aqui apresentadas, fica posto a necessidade de buscar entender e analisar as políticas públicas de turismo no Brasil, focando na participação de diversos atores regionais e locais, que com suas ações buscam integrar municípios, hospitalidades, cadeia produtiva, cultura, história, meio ambiente, ensino e todos os recursos humanos e valores do destino que são entendidos como traços significativos e componentes da personalidade do lugar a ser visitado.

Diante do exposto, é fundamental ainda considerar que na trajetória histórica do turismo brasileiro optou-se por referenciar três grandes projetos estatais: a criação da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) na década de 1960, o lançamento do Programa de Municipalização Nacional do Turismo (PNMT) na década de 1990 e por fim à criação do Ministério do Turismo (MTur) em 2003, com o seu Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil.

O delineamento aqui proposto considerou de forma sintetizada as quatro últimas décadas do século XX com a caracterização dos atores envolvidos, suas formas de articulação e sensibilização no desenvolvimento do turismo, atingindo o início do século XXI com as políticas públicas para o setor e a nova configuração regional da atividade no Brasil. Mostrando na análise deste artigo, que pontos teóricos do Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) assemelham com o projeto estatal de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil deste início de século XXI.



Para finalizar, há também uma necessidade de destacar o papel de professores e pesquisadores nas universidades brasileiras que foram responsáveis pela criação de eventos com o objetivo de debater a atividade turística no país. Os principais eventos acadêmicos criados com esse objetivo foram o Encontro Nacional de Turismo de Base Local (ENTBL), que teve o primeiro em 1997, sob a coordenação de Adyr Balastrieri Rodrigues, sendo realizado no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).

Em 2000 é realizado o primeiro Simpósio Nacional de Turismo Sertanejo, sob a coordenação de Giovanni Seabra, professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Em 2002, foi fundada a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR), num Encontro na Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), surgindo nesse contexto o seminário nacional da ANPTUR. Esses eventos são responsáveis por manter as discussões atuais do turismo em diferentes escalas, reafirmando a importância dos pesquisadores em turismo e áreas afins no Brasil.

Referências

BOAVENTURA, E. M. **Metodologia de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **Do Local ao Global: o turismo litorâneo cearense**. Campinas (SP): Editora Papirus, 1998.

COSTA, Rui; COSTA, Carlos. Avaliação de políticas públicas em turismo. IN: COSTA, Carlos; BRANDÃO, Felipa; COSTA, Rui; BRENDA, Zélia. **Turismo nos países Lusófonos: conhecimento, estratégia e territórios**. Lisboa: Escolar Editora, 2014. P. 133-145.

CUNHA, Licínio. **Introdução ao turismo**. Lisboa: Editorial Verbo, 2001.

GARÓFALO, Gilson de L.; PINHO, Terezinha F. de. **Políticas públicas: limites e possibilidade**. São Paulo: Atlas, 2011.

GOMES, Bruno, M. A. **Políticas Públicas e Transações em Regiões Turísticas**. São Paulo: ALL PRINT Editora, 2008.



Fórum Internacional de Turismo do Iguassu

MINISTÉRIO DO TURISMO DO BRASIL - MTur. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil.** Diretrizes Operacionais. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Brasília, 2004.

MINISTÉRIO DO TURISMO DO BRASIL - MTur. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil.** Diretrizes Políticas. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Brasília, 2004.

MINISTÉRIO DO TURISMO DO BRASIL – MTur. **Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional.** Disponível em: www.turismo.gov.br. Acesso em: 22 de agosto de 2013. Brasília (2007-2010).

MINISTÉRIO DO TURISMO DO BRASIL – MTur. **Plano Nacional de Turismo (2007-2010) – Uma Viagem de Inclusão.** Disponível em: www.turismo.gov.br. Acesso em: 24 de agosto de 2013. Brasília (2007-2010).

MINISTÉRIO DO TURISMO DO BRASIL – MTur. **Plano Nacional de Turismo (2007-2010) – Uma Viagem de Inclusão.** Disponível em: www.turismo.gov.br. Acesso em: 24 de agosto de 2013. Brasília (2007-2010).

MINISTÉRIO DO TURISMO DO BRASIL – Mtur. **Programas e Ações do Ministério do Turismo.** Brasília (DF): MTur e Embratur, 2008.

SANTOS, J. C. V. **REGIÃO E DESTINO TURÍSTICO:** sujeitos sensibilizados na geografia dos lugares. São Paulo (SP): ALLPRINT Editora, 2013.

SANTOS, J. C. V. **Políticas de regionalização e criação de destinos turísticos entre o Lago de São Simão e a Lagoa Santa no Baixo Paranaíba Goiano.** 367 f. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

SILVA, João Albino; PERNA, Fernando. Turismo e desenvolvimento autossustentado. In: COSTA, José Silva (Coord.). **Compêndio de economia regional.** Coimbra: Gráfica de Coimbra; APDR, 2005.

SILVA JÚNIOR, Jose H. da. **A Política Interna no Brasil (1992-2002).** Belo Horizonte (MG): FACE-FUMEC C/Arte, 2004.